

A JUVENTUDE RURAL NO III FESTIVAL DA JUVENTUDE DA CONTAG

Relatório de Pesquisa

The logo for IPEA (Instituto de Políticas, Estudos e Análises) is located in the bottom right corner. It features the lowercase letters "ipea" in a white, sans-serif font. A yellow swoosh underline is positioned beneath the letters, starting under the "i" and ending under the "a". The logo is set against a dark blue background with a wavy, dotted pattern that transitions into a solid light green bar at the very bottom of the page.

ipea

A JUVENTUDE RURAL NO III FESTIVAL DA JUVENTUDE DA CONTAG

Relatório de Pesquisa

ipea

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto

Carlos Roberto Paiva da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

João Alberto De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

A JUVENTUDE RURAL NO III FESTIVAL DA JUVENTUDE DA CONTAG

Relatório de Pesquisa

ipea

Rio de Janeiro, 2017

Equipe técnica

Autores

Alexandre Valadares – Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Brancolina Ferreira – Coordenadora de Desenvolvimento Rural na Disoc/Ipea.

Leonardo Rauta Martins – Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

Marcelo Galiza – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Disoc/Ipea.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: MÉTODO, DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS	7
2 ESCOLARIDADE	10
3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E PERTENCIMENTO A GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS	14
4 TRABALHO, PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO E NAS DECISÕES RELATIVAS À UNIDADE FAMILIAR	17
5 IDENTIDADE	21
6 ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E INFORMAÇÃO	22
7 PROJETOS DE VIDA E SONHOS FUTUROS.....	25
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO: MÉTODO, DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

Entre os dias 27 e 30 de abril de 2015, 4.280 jovens rurais – do campo, da floresta e das águas –, vindos de todas as regiões do país, reuniram-se, em Brasília, no III Festival da Juventude Rural, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A confluência numerosa desses jovens para um grande encontro político na capital federal ofereceu a oportunidade de realizar uma pesquisa quali-quantitativa que permitiu traçar um perfil geral da juventude rural organizada – ainda que sem filiação sindical ou vínculo direto com movimentos sociais – e delinear, de maneira aproximada, como ela se relaciona com o campo, com o trabalho agrícola e, sobretudo, com o futuro.

Para tanto, no âmbito da parceria entre Ipea e Contag, foi desenvolvido um formulário subdividido em sete seções – dados pessoais, informações sindicais, ocupação, identidade, políticas públicas, outras informações e projeto de vida e expectativas –, contendo, ao todo, 33 questões, além da notação do nome do município e do estado de origem do respondente. O formulário era autoaplicável, de preenchimento individual e não identificado. Delegações municipais de jovens de todo o país que vieram para o festival receberam cópias do formulário. À chegada, os formulários foram entregues pelos jovens à equipe da Contag na etapa de credenciamento e, posteriormente, repassados ao Ipea.

Os registros administrativos da Contag, colhidos na etapa de credenciamento do festival, reuniram dados de todos os 4.280 participantes. Subtraindo-se, desse universo, aqueles cujas idades não foram declaradas ou estavam abaixo dos 15 anos ou acima dos 32 anos – faixa etária correspondente ao conceito de juventude rural reconhecido pela Contag¹ –, restaram 2.762 registros, que compõem o universo inicial desta pesquisa.

A pretensão original da pesquisa era cobrir esse universo, mas, evidentemente, num evento de grandes proporções, a opção pelo autopreenchimento como estratégia de coleta das informações implicou, pelo caráter voluntário dessa participação, alguma perda na entrega dos questionários respondidos. Do total dos questionários efetivamente entregues pelos participantes, uma triagem preliminar, com descarte dos incompletos² ou em branco, validou um conjunto inicial de 2.246. Deste conjunto, suprimiram-se, em seguida, 461 questionários preenchidos por respondentes cujas idades estavam abaixo de 15 ou acima de 32 anos. O subtotal restante – 1.785 questionários, equivalente a 64,6% do universo – constitui o conjunto amostral específico sobre o qual se irão desenvolver as análises subsequentes neste estudo.

Antes disso, é importante reconhecer os limites que a natureza não representativa da amostra pode trazer à pesquisa. A literatura sobre o tema aponta que a utilização do autopreenchimento como estratégia de captação de dados pode produzir erros sistemáticos, o denominado viés do voluntariado. Na pesquisa realizada, o principal risco assumido era que a amostra excluísse jovens menos escolarizados, uma vez que o autopreenchimento exigiu dos jovens voluntários uma capacidade mínima de leitura e compreensão de texto. Outra possibilidade era que apenas os jovens mais engajados na luta política se dispusessem a responder o questionário, risco que comprometeria menos a pesquisa, uma vez que a presença no Festival da Juventude é, por si só, uma manifestação do engajamento político desses jovens.

1. A rigor, a Contag situa o início da juventude na idade de 16 anos, mas, neste estudo, optou-se por ampliar esse conjunto, tomando por ponto de partida a idade de 15 anos – definida como marco inicial da juventude pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, no Brasil, pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) – e estendendo-o até os 32 anos, idade que a Contag fixa como término dessa faixa etária.

2. Foram considerados incompletos os formulários com 50% ou mais das questões não respondidas.

A comparação entre os dados da amostra (1.785) e os dados do universo dos jovens de 15 a 32 anos presentes no festival (2.762) auxilia na identificação e no dimensionamento dos possíveis vieses decorrentes do método adotado. Infelizmente, contudo, a informação mais relevante para esse batimento – a escolaridade – não foi captada para o universo dos jovens. As tabelas 1, 2 e 3 comparam, assim, as características observadas dos respondentes da pesquisa (amostra) e dos inscritos no festival (universo): sexo, região e idade. A partir desse recurso, busca-se inferir – de maneira indireta – sobre o grau de representatividade dos resultados gerais da pesquisa. As tabelas 1, 2 e 3 mostram, também, os dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) sobre a população rural jovem (9,2 milhões de pessoas).

TABELA 1
Distribuição dos jovens rurais

Sexo	Respondentes	%	Inscritos	%	Censo 2010 (%)
Mulheres	820	45,9	1.280	46,3	46,9
Homens	959	53,7	1.482	53,7	53,1
NR	6	0,3	-	-	-
Total	1.785	100,0	2.762	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

No que concerne às proporções entre mulheres e homens no total de jovens participantes da pesquisa, pode-se afirmar que os resultados encontrados apresentam boa aderência com o universo dos inscritos: do total de respondentes, 45,9% eram mulheres e 53,7% homens, índices muito semelhantes aos 46,3% de mulheres e 53,7% de homens inscritos no festival. Nesse quesito, portanto, parece não haver qualquer indício de viés de seleção: homens e mulheres se voluntariaram à pesquisa segundo a mesma probabilidade. Considerando que as mulheres têm, em média, escolaridade mais elevada que os homens (o que será confirmado na seção seguinte), esta perfeita correspondência entre as proporções de homens e mulheres na amostra e no universo é um forte indício de que não ocorreu a exclusão dos menos escolarizados. Esta teria incidido mais fortemente sobre os homens, o que desequilibraria as proporções de homens e mulheres respondentes.

Segundo os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010, 46,9% dos jovens rurais – de 15 a 32 anos – eram mulheres, enquanto 53,1% eram homens. Tais proporções são muito próximas às encontradas entre os inscritos no Festival da Juventude, o que sugere que as mulheres rurais estão participando ativamente do movimento sindical jovem, assegurando uma representação proporcional a sua presença no campo.

TABELA 2
Distribuição dos jovens rurais por grandes regiões entre os respondentes da pesquisa, o universo de inscritos no festival e o Censo 2010

Grandes Regiões	Respondentes	%	Inscritos	%	Censo 2010 (%)
Norte	118	6,6	371	13,4	14,8
Nordeste	904	50,6	1.331	48,2	49,9
Sudeste	487	27,3	479	17,3	18,3
Sul	137	7,7	274	9,9	12,1
Centro-Oeste	132	7,4	305	11,0	5,0
NR	7	0,4	2	0,1	-
Total	1.785	100,0	2.762	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

Sobre a distribuição regional, o conjunto de respondentes engloba jovens rurais de 24 Unidades da Federação (UFs) e de 785 municípios brasileiros. A comparação entre respondentes e inscritos na tabela 2 revela, contudo, a possibilidade de alguns vieses. A região Norte apresenta-se sub-representada, enquanto a região Sudeste aparece sobre-representada. Não é possível saber *a posteriori* as razões destas discrepâncias, mas pode-se levantar algumas hipóteses. Em primeiro lugar, as distâncias e dificuldades de deslocamento para Brasília dos jovens da região Norte podem ter reduzido – em alguma medida – a disposição desses jovens em responder ao questionário assim que chegaram ao evento. Em segundo, essas diferenças podem refletir diversos níveis locais de organização e articulação dos sindicatos rurais locais, inclusive o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).³ Uma terceira possibilidade seria que o suposto viés relacionado ao nível educacional tenha repercutido regionalmente. Neste caso, a hipótese seria que os jovens com menor grau de escolarização – mais presentes nas regiões Norte e Nordeste – teriam apresentado menores taxas de respostas, resultando uma subnotificação dessas regiões. Esta hipótese, entretanto, não parece válida, uma vez que a região Nordeste não foi subdimensionada na amostra. Em todo caso, é preciso ter em conta que os resultados da pesquisa sobrevalorizam, em alguma medida, os jovens oriundos dos estados da região Sudeste, em detrimento daqueles que vieram da região Norte.

A última coluna da tabela 2 traz, ao lado das proporções por região dos respondentes e inscritos, os percentuais relativos à distribuição regional da população rural brasileira entre 15 e 32 anos. Conforme se pode observar, o festival contou com significativa participação das cinco grandes regiões do país. A discrepância observada quanto a essa distribuição concentra-se, especialmente, numa sobre-representação da região Centro-Oeste, resultado esperado quando se leva em consideração que o evento foi realizado na cidade de Brasília.

Apesar de muito bem representado regionalmente, é preciso salientar que as UFs tiveram participações heterogêneas no festival. Minas Gerais, Piauí, Maranhão e Bahia, por exemplo, responderam por 45,1% dos jovens presentes. Os dados do Censo 2010 revelam, entretanto, que esses quatro estados respondem por 34,5% dos jovens rurais.

Como foi dito, para a Contag, a faixa etária da juventude estende-se dos 15 aos 32 anos, e o universo da pesquisa ficou limitado a esse intervalo. A tabela 3, a seguir, compara a composição etária da amostra e do universo da pesquisa, revelando a ocorrência de um viés que tendeu a privilegiar os mais jovens. Entre os respondentes, 14,3% tinham entre 15 e 17 anos, 49,3% tinham entre 18 e 24 anos e 36,4% tinham de 25 a 32 anos de idade. Quase 64% do total dos respondentes tinham, portanto, idades entre 15 e 24 anos, o que confere à pesquisa uma maior penetração entre os extratos de juventude menos próximos da idade adulta. A média de idade dos rapazes presentes no festival era de 22,4, quase um ano a menos que a média etária das moças: 23,1. Entre os inscritos, a proporção de jovens entre 15 e 24 anos foi de 56%, ligeiramente inferior à verificada na amostra. A idade média dos meninos no universo foi de 23,9 anos, enquanto das meninas, 24,4 anos.

Os números anteriormente mostrados confirmam que, em relação aos dados demográficos oficiais, os jovens com idades entre 15 e 17 anos foram sub-representados no festival. Nesse cenário, o viés etário amostral acabou compensando a falta de representatividade desse subgrupo dos jovens. Essa diferença, em alguma medida, é favorável à intenção da pesquisa de privilegiar, na construção do conjunto analítico, o

3. Esse movimento é, atualmente, composto pela Contag juntamente com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags) e os mais de 4 mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs).

segmento mais identificado com a juventude como etapa de vida, uma vez que homens e mulheres entre 25 e 32 anos tendem a estar mais próximos das experiências e preocupações que caracterizam a idade adulta, cuja marca costuma ser a busca de estabilidade com um menor grau de incerteza em relação ao futuro.

TABELA 3
Distribuição dos jovens rurais por faixa etária

Faixa etária	Respondentes	%	Inscritos	%	Censo 2010 (%)
15-17 anos	256	14,3	111	4,0	20,4
18-24 anos	880	49,3	1427	51,7	39,6
25-32 anos	649	36,4	1224	44,3	40,0
Total	1.785	100,0	2762	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração dos autores.

Quanto às informações sobre cor ou raça, 72,5% dos respondentes autodeclararam-se pretos (18,7%) ou pardos (53,8%). Brancos somaram 24,8%; 1,2% e 1,4% reconheceram-se como indígenas ou amarelos/orientais, respectivamente.⁴ Em termos proporcionais, esses números divergem pouco dos dados de cor/raça da população rural entre 15 e 32 anos, segundo o Censo Demográfico 2010: neste último, os brancos representam 33,7% e os pardos (56,4%) e pretos (7,2%) somam, juntos, 63,6%. Nos dados oficiais, esses números se mantêm, salvo por ligeiras alterações, nas faixas etárias superiores.

As informações concernentes ao estado civil e à composição de domicílio dos respondentes confirmam, em linhas gerais, que o perfil do grupo se ajusta a uma noção convencional de juventude, uma vez que a maioria não cruzou algumas das principais etapas simbólicas de transição à idade adulta: 80,2% são solteiros(as), 76,7% não têm filhos e 69,4% moram com parentes mais velhos. É oportuno frisar que esses dados não necessariamente correspondem ao universo da população jovem rural como um todo: é possível, por exemplo, que grande parte dos jovens do campo entre 15 e 32 anos tenha casado ou tido filhos e que, alcançando essas fases em suas vidas, já não se reconheça como juventude. Os números citados comportam somente o perfil característico dos jovens que compareceram ao evento e que têm, pois, uma inserção familiar e social que condiz com a imagem de juventude geralmente reconhecida. As idades médias dos jovens pais (27,1 anos) e casados (27,8 anos), assim como das jovens mães (26,8 anos)⁵ e casadas (26,7 anos), relativamente altas em comparação com o limite de 32 anos, parecem corroborar essa interpretação e reforçar a ideia de que os participantes do festival constituíam majoritariamente um público jovem não apenas quanto à faixa etária, mas quanto à sua posição familiar.

2 ESCOLARIDADE

O retrato oferecido pelos dados referentes à escolaridade dos respondentes confirma os avanços da escolarização no campo nos últimos anos e realça as especificidades do público presente. A tabela 4 mostra que o conjunto dos jovens respondentes com ensino médio completo, ensino superior completo ou incompleto ou, ainda, com pós-graduação soma 68,5%. Isto não necessariamente significa que a maioria dos jovens presentes ao festival

4. Estão excluídos dessa conta trinta respondentes que não preencheram o campo respectivo. Tais dados encontram correspondência no conjunto de inscritos, cujo total de dados válidos registra 68,5% de negros (pardos e pretos), 28,9% de brancos, 1,5% de amarelos e 1,1% de indígenas. Não se procedeu aqui a uma comparação visual mais detalhada entre respondentes e inscritos porque não foi possível circunscrever o conjunto destes últimos ao intervalo etário considerado (15-32 anos).

5. Trinta e um por cento das jovens têm filhos(as) e, destas, metade é solteira ou separada.

se situava nos estratos mais altos da escolarização formal, uma vez que a utilização, como estratégia de pesquisa, de questionários autoaplicáveis pode ter afastado os menos escolarizados e introduzido um viés em favor dos mais escolarizados no cômputo global dos dados. Em todo caso, como já argumentado, esse viés não parece ser significativo, na medida em que não produziu distorções na distribuição dos respondentes por sexo ou região.

TABELA 4
Distribuição dos respondentes por escolaridade e sexo

Escolaridade	Mulheres	(%)	Homens	(%)	NR	Total	%
Nunca frequentou escola	1	0,1	2	0,2		3	0,2
Fundamental incompleto	36	4,4	65	6,8	1	102	5,7
Fundamental completo	37	4,5	60	6,3	1	98	5,5
Médio incompleto	139	17,0	213	22,2	2	354	19,8
Médio completo	416	50,7	440	45,9	2	858	48,1
Superior incompleto	126	15,4	127	13,2		253	14,2
Superior completo	50	6,1	40	4,2		90	5,0
Pós-Graduação	15	1,8	7	0,7		22	1,2
NR	0	0,0	5	0,5		5	0,3
Total	820	100,0	959	100,0	6	1.785	100,0

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

Como mostra a tabela 4, os jovens respondentes que nunca frequentaram a escola ou não completaram o ensino fundamental representam apenas 5,9% do total, um índice significativamente inferior, por exemplo, aos 9,3% de jovens analfabetos, de 15 a 32 anos, com domicílio rural, contabilizados pelo Censo 2010. Contudo, se por um lado é certo que a situação educacional do grupo dos jovens presentes ao festival – mais próximos das instâncias de representação sindical – não pode ser equiparada à situação educacional que caracteriza o universo dos jovens rurais em sua totalidade, não deixa, por outro lado, de chamar atenção que se registre uma escolarização relativamente alta em um grupamento cuja idade máxima não ultrapassa os 32 anos, dado que não é incomum, entre populações do campo e populações mais pobres de modo geral, que a escolarização formal se complete na idade adulta.

Outro dado da pesquisa, coletado em pergunta específica, reforça o indício de que grande parte dos jovens respondentes, além de altamente escolarizada em termos relativos – sempre ponderando o viés pró-escolaridade do método –, concluiu sua escolarização em idades próximas às adequadas. A maioria dos respondentes – 55% do total de respostas válidas⁶ – atualmente não estuda; mas, destes que não estudam atualmente, apenas 21% estão entre os que nunca frequentaram a escola ou têm até o ensino médio incompleto (considerando somente os que já completaram 18 anos, idade compatível com a conclusão desse nível de ensino). Isto significa que a grande maioria dos jovens que declaram não estar estudando atualmente já completou, pelo menos, o ensino médio. Tendo em vista que 780 jovens respondentes declararam que estão estudando atualmente, pode-se afirmar que 87,7% estão estudando atualmente ou, se não estão, têm, pelo menos, o ensino médio completo.

A tabela 4 mostra ainda que, seguindo uma tendência observada nos dados oficiais relativos à escolarização feminina e masculina nas populações rural e urbana, as mulheres

6. Foram excluídos da base de cálculo desses percentuais 51 questionários em que esta pergunta: “está estudando atualmente?” não foi respondida.

entre 15 e 32 anos presentes ao festival têm escolaridade significativamente superior à dos homens: entre elas, 74% tinham, pelo menos, ensino médio completo, ao passo que, entre eles, 64% haviam concluído essa etapa de ensino. No que diz respeito aos (às) jovens que declararam nunca ter estudado ou não ter completado o ensino fundamental, entre as mulheres este grupo representava 4,5%, e entre os homens, 7%. As proporções dos grupos que não estão atualmente estudando variam pouco em relação ao gênero – 53,4% dos homens e 53,5% das mulheres respondentes.

Além de captar informações relativas à trajetória dos jovens nos níveis regulares de ensino, a pesquisa tentou apurar quantos entre eles haviam frequentado cursos ou treinamentos relacionados à atividade agrícola. Do total de respondentes, 33,1% – 591 jovens – afirmaram ter realizado alguma formação desse tipo; quase a totalidade destes relatou frequência a cursos de capacitação (66,1%) ou ao ensino médio técnico (43,6%). O viés de gênero pró-mulheres registrado nos dados relativos ao ensino regular inverte-se nesse caso: 37,5% dos homens respondentes afirmaram ter concluído cursos e treinamentos relacionados à atividade agrícola; entre as mulheres, essa proporção foi de 28,0%. Se, em uma análise mais superficial, esse dado tende a ser interpretado como indicativo da tendência das mulheres jovens a se distanciar da atividade agrícola, é preciso ponderar que ele esconde desigualdades de gênero ainda presentes: as condições de acesso de homens e mulheres a esses cursos não são iguais. Dinâmicas específicas de discriminação de gênero atuam no espaço familiar – como no caso da sucessão rural – ou noutras esferas sociais, excluindo preliminarmente do horizonte de escolhas das jovens a opção de construir um futuro no rural.

2.1 Escolaridade segundo a situação de domicílio

Como um indicador fundamental quanto ao perfil dos jovens respondentes, a situação de domicílio corrobora que a ruralidade é elemento essencial e majoritário do grupo de respondentes. Os dados apresentados na tabela 4 mostram que 72,5% dos respondentes têm domicílio em área rural e que 8,6% moram parte do tempo em área urbana, parte em área rural. Os dados da tabela 5 mostram, ainda, que existe pouca diferença entre os sexos segundo a situação de domicílio – 72,2% das mulheres e 72,8% dos homens residem em áreas rurais –, exceto pela proporção ligeiramente superior de mulheres que alternam residência entre áreas rurais e urbanas: esta distinção, conquanto não seja muito expressiva, pode estar correlacionada à maior proporção de mulheres (23,3%), em comparação com os homens (18,1%), que já começaram ou concluíram o ensino superior, um nível de ensino cuja oferta se concentra praticamente apenas em áreas urbanas. Em todo caso, o conjunto dos resultados fortalece a caracterização dos jovens participantes do festival como jovens rurais.

TABELA 5
Distribuição dos respondentes por sexo e situação de domicílio

Situação de domicílio	Mulheres	%	Homens	%	NR	Total	%
Rural	592	72,2	698	72,8	5	1.295	72,5
Urbano	140	17,1	178	18,6	-	318	17,8
Rural e urbano	83	10,1	71	7,4	-	154	8,6
NR	5	0,6	12	1,3	1	18	1,0
Total	820	100,0	959	100,0	6	1.785	100,0

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

O cruzamento dos dados de situação de domicílio com os de escolaridade, representado na tabela 6, permite averiguar que as proporções por níveis de ensino seguem relativamente equivalentes segundo as situações de domicílio até o ensino médio completo. A proporção relativamente alta de jovens rurais que estacionam nesse nível (50,6%), em comparação com a dos urbanos (39,6%) e urbano-rurais (44,2%), explica-se, na distribuição, pelo maior acesso que esses dois últimos grupos têm ao ensino superior (31,1% para os urbanos e 25,3% para os urbano-rurais) em comparação aos jovens rurais (17,3%). Em outras palavras, a soma dos níveis médio completo e superior incompleto/completo/pós tem, para cada situação de domicílio, resultados muito próximos – 67,9% para os rurais, 70,8% para os urbanos e 69,5% para os urbano-rurais. De um lado, pode-se supor que os jovens que permanecem em áreas rurais têm menor interesse em dar continuidade aos estudos após a conclusão do ensino médio, hipótese que, entretanto, parece não ter aderência quando se consideram os demais achados da pesquisa, apresentados a seguir. De outro, pode-se supor que existe, por parte da juventude rural, uma demanda potencial por acesso ao ensino superior que não encontra oferta correspondente nas áreas rurais. Em razão disso, muitos jovens rurais se veem obrigados a migrar para o urbano ou revezar-se entre domicílios na área urbana e na área rural a fim de cursarem uma faculdade.

TABELA 6
Escolaridade dos respondentes segundo a situação de domicílio
(Em %)

Escolaridade	Rural	Urbano	Rural e urbano
Nunca frequentou escola/Fundamental incompleto	5,3	5,7	9,7
Fundamental completo	6,4	3,8	1,9
Médio incompleto	20,2	19,2	18,8
Médio completo	50,6	39,6	44,2
Superior incompleto/completo/pós	17,3	31,1	25,3
NR	0,2	0,6	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

A aferição das médias de idade para cada nível de ensino agrava e ao mesmo tempo matiza um pouco esse quadro: as idades médias dos jovens que têm apenas o fundamental incompleto (22,21) ou completo (23,05), uma vez que estão relativamente mais distantes da idade adequada de conclusão desse nível de ensino, prefiguram uma situação de caráter terminal no que diz respeito à escolarização desse grupo: quanto mais os jovens se distanciam daquela idade adequada, menos provável é seu retorno aos estudos. Por sua vez, as idades dos jovens respondentes cuja escolaridade se situa a partir do ensino médio são mais convergentes com a idade regular dos níveis de ensino correspondentes: 19,8 anos para o ensino médio incompleto, 23,1 anos para o ensino médio completo e 24,4 para o ensino superior.

Algumas ressalvas adicionais, porém, podem ser levantadas à luz das informações sobre domicílio, especialmente no que concerne às proporções com que os jovens rurais, urbanos ou urbano-rurais frequentam ou não instituições de ensino ou realizam trabalhos externos. A proporção dos jovens com domicílio rural, por exemplo, que estão estudando atualmente – 41,8% – é significativamente menor que as registradas entre jovens com domicílio urbano – 49,6% – e jovens que alternam residência entre campo e cidade – 49,3%. Essa diferença expressiva indica que, especificamente para o rural, a condição de não estar estudando atualmente pode estar relacionada à ausência de oferta de ensino fora dos espaços urbanos, sobretudo caso se leve em conta que a idade média de jovens rurais

é menor que a dos urbanos e dos rural-urbanos – 22,53 anos contra 23,47 e 22,58 anos, respectivamente – e que, quanto menor a idade, maior a possibilidade de que um(a) jovem esteja estudando.

Os dados de situação domiciliar, cotejados com o perfil geral dos jovens presentes ao festival, reiteram, pois, a sugestão de que a continuidade dos estudos pode ser uma das principais explicações para a residência alternada rural-urbana. Mas, além disso, também a vinculação dos jovens a trabalhos externos – quatrocentos respondentes no total – pode explicar esse revezamento entre campo e cidade. Com efeito, a proporção relativa daqueles que moram parte no urbano e parte no rural e afirmam ter trabalhado fora nos últimos trinta dias é expressivamente superior – 29,8% – em comparação ao dado correspondente para jovens com domicílio apenas urbano – 22,9% – e jovens com domicílio apenas rural – 21,5%. Do contingente de jovens que exerceram trabalho externo nos últimos trinta dias antes da pesquisa, a proporção dos que se declararam dirigentes sindicais – 24,5% no geral – é, também, significativamente maior entre os que têm residência rural-urbana – 28,2% – que entre os que têm domicílio fixo no rural – 24,3% – e no urbano – 21,9%.

Conquanto possam ser associadas a estratégias de busca de trabalho externo e de prorrogação da escolaridade, as informações relativas às situações de domicílio urbanas ou parcialmente urbanas, como foi visto, não registram diferenças significativas quanto ao sexo. As proporções entre jovens homens e mulheres que vivem no campo, na cidade ou entre esses espaços são praticamente equivalentes. Ainda que haja ligeiro predomínio das mulheres com residência rural-urbana, a convergência mais ampla dos dados de sexo por situação de domicílio pode significar que as razões de saída – parcial ou completa – dos jovens do campo, sobretudo ligadas à continuidade dos estudos para além do ensino básico, estão abrindo-se à juventude como um todo.

Tal abertura dar-se-ia agora já não exclusivamente por efeitos negativos, decorrentes por exemplo do viés pró-masculino da sucessão rural – que compele mulheres jovens a migrar em busca de alternativas de futuro desligadas de sua origem –, mas já, também, por efeitos positivos, como a ampliação da oferta de cursos técnicos e universitários nas áreas urbanas de municípios de pequeno e médio porte do interior do país. Tal conclusão, contudo, baseia-se fundamentalmente nas características específicas da juventude presente no festival – uma juventude que se identifica a si mesma como rural – e, portanto, não pode ser generalizada sem o devido amparo em dados mais abrangentes.

3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL E PERTENCIMENTO A GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS

A especificidade do público do festival exprime-se claramente nos dados sobre vinculação e participação sindical apresentados nas tabelas 7 e 8. A primeira delas mostra que mais da metade dos jovens respondentes – 58,3% – declarou-se sócia de sindicato rural. Esse contingente é bastante significativo ante a idade dos respondentes e sua posição na ocupação: como a maioria dos trabalhadores agrícolas, também os jovens se engajam em ocupações tipicamente ligadas à agricultura familiar e, portanto, dissociadas de qualquer relação de assalariamento ou subordinação formal.

Mas tais resultados merecem ser considerados à luz de dois processos históricos importantes e relativamente recentes. A entrada no mundo do trabalho rural era, até

poucas décadas atrás, bastante precoce: como apontam os dados oficiais,⁷ cerca de 70% das pessoas atualmente ocupadas em área rural começaram a trabalhar antes de 15 anos de idade. Esta iniciação da trajetória laboral tem sido, sobretudo a partir dos anos 2000, sistematicamente postergada, graças aos esforços públicos de redução do trabalho infantil e à ampliação da oferta pública de escolarização básica. De outra parte, os sindicatos rurais que, na sua origem, representavam assalariados agrícolas, passaram a abranger em suas bases os agricultores familiares, cujas reivindicações e necessidades específicas têm sido reconhecidas como pautas sindicais.

TABELA 7
Distribuição dos jovens respondentes segundo a vinculação com o sindicato

Respostas	É sócio do sindicato?	%	É dirigente do sindicato?	%
Não	730	40,9	1.245	69,7
Sim	1.040	58,3	508	28,5
NR	15	0,8	32	1,8
Total	1.785	100,0	1.785	100,0

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

A proporção de mulheres que se declaram sócias do sindicato – 62% – é superior à dos homens – 55,2% – e é expressivamente maior o contingente de mulheres dirigentes sindicais – 35% contra 23% de homens. Mais que isso, mesmo sendo minoria no universo dos jovens presentes ao festival, as mulheres representam, em termos absolutos, 57% dos respondentes que se declaram líderes sindicais. Essa maioria feminina entre dirigentes sindicais nesta categoria presente no festival pode estar relacionada ao fato de que as secretarias e coordenações de juventude e de mulheres têm-se revelado frequentemente como porta de entrada delas nesta estrutura.⁸

A participação ampliada das mulheres nesses espaços políticos não se tem dado, porém, sem frequente confrontação com uma hierarquia de poder tradicionalmente marcada por um viés de gênero pró-masculino. É importante assinalar que as cotas de representação das mulheres – fruto de sua própria luta política no interior dos sindicatos – cumpriram o papel fundamental de promover o ingresso delas nessa hierarquia, ainda que, em geral, em posições de menor protagonismo ou menos prestigiadas em termos de peso decisório e recursos, como são as coordenações e secretarias de jovens e/ou mulheres. A despeito disso, a partir de tais posições, as mulheres podem travar a disputa política em maior nível, tanto para fazer adotar pelos sindicatos as pautas de gênero e juventude, quanto para ascender a cargos superiores na organização.

A tabela 8, por sua vez, confirma que a participação política dos jovens presentes ao festival extrapola o número daqueles que se declaram oficialmente filiados aos sindicatos: agregando as respostas daqueles que afirmam participar das mobilizações e das reuniões e/ou assembleias sempre ou às vezes/raramente, resulta que mais de 80% – 86,6% no caso das mobilizações e 80,6% no caso das reuniões e/ou assembleias – dos respondentes

7. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014.

8. Parte inicial desta pesquisa, o capítulo *Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada* (Rocha e Ulhôa, 2016), realizada com as lideranças estaduais da juventude rural que integram a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) da Contag, já assinalou essa crescente participação das mulheres na representação sindical: das lideranças entrevistadas naquela etapa da pesquisa, 67% eram mulheres.

acompanham com relativa assiduidade a vida sindical.⁹ Em termos quantitativos, a participação dos jovens nestas atividades é mais relevante que sua vinculação a partidos políticos – apenas 16% dos respondentes disseram ter filiação partidária.

TABELA 8
Distribuição dos jovens respondentes segundo a participação sindical

Respostas	Você participa das reuniões e/ou assembleias do sindicato?	%	Você participa das mobilizações locais promovidas pelo seu sindicato?	%
Nunca	322	18,0	201	11,3
Às vezes/raramente	660	37,0	705	39,5
Sempre	778	43,6	841	47,1
NR	25	1,4	38	2,1
Total	1.785	100,0	1.785	100,0

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

A pesquisa investigou, além desses modelos convencionais ou típicos de participação política, outros grupos/atividades – culturais, esportivas, religiosas e produtivas – em que a juventude poderia estar inserida e que constituem, especialmente em âmbito local – na esfera das comunidades, bairros ou assentamentos –, importantes espaços de sociabilidade.¹⁰ A tabela 9 traz as proporções dos jovens que afirmaram participar regularmente de alguns desses grupos. Chama inicialmente atenção que apenas 29,4% dos jovens respondentes – 31,1% das mulheres e 28% dos homens – disseram não fazer parte de nenhum dos grupos/atividades elencados na pesquisa. Este contingente, no entanto, registra indicadores de participação sindical praticamente tão altos quanto a média do universo: com efeito, 81,7% dos 525 jovens desse conjunto afirmam participar sempre ou às vezes das mobilizações sindicais e 73,5% afirmam participar sempre ou às vezes das assembleias e/ou reuniões dos sindicatos.

TABELA 9
Distribuição dos jovens respondentes segundo os grupos/atividades de que participam regularmente

Grupos ou atividades	Quantidade	%
Culturais	279	15,6
Esportivas	324	18,2
Religiosas	646	36,2
Produtivas	461	25,8
Não faz parte	525	29,4
NR	97	5,4

Elaboração dos autores.
Obs. NR = Não respondeu.

Essas informações contestam em certa medida a crença corrente de que os jovens rurais – os jovens que permanecem no campo – têm uma vivência isolada, em geral circunscrita ao ambiente familiar ou comunitário, ou que sua socialização é limitada pela distância e pelo relativo despovoamento das áreas rurais em relação às urbanas. Os dados mostrados apontam que mais de um terço e pouco mais de um quarto dos jovens respondentes participam de

9. Convém ter em conta que a proporção dos jovens que afirmam existir secretarias ou coordenações de jovens nos sindicatos de seus municípios – 72,1% – é menor que as taxas de participação em atividades sindicais. Como, porém, os jovens respondentes pela pesquisa provêm de um número relativamente restrito de municípios – 883 –, aquela proporção oferece pouca representatividade.

10. A pesquisa investigou ainda a participação dos jovens em cursos de formação oferecidos pelos sindicatos. Do total de respondentes, 38,9% afirmam ter assistido a algum desses cursos. Foram mencionados com mais frequência o Grupo de Estudos Sindicais (GES) – 23,5% do total de cursos citados –, o Programa Jovem Saber – 24% – e o programa de formação política da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc) – 24,9%.

grupos/atividades religiosas e produtivas, respectivamente: de uma parte, os resultados sugerem que, entre os jovens do campo, a religião se mostra como importante esfera de sociabilidade; de outra, indicam que uma proporção expressiva dos jovens tem construído estratégias associativas ou cooperativas de produção. É plausível supor, dado o restrito acesso deles a terra própria, que tais estratégias se dão a partir da terra familiar e, possivelmente, incluem a participação de mão de obra dos demais membros da família. Noutros termos, não necessariamente se trata aqui de associações ou cooperativas de jovens. Essa hipótese é corroborada pelos dados relativos ao trabalho dos jovens na unidade produtiva familiar, tema da seção seguinte.

4 TRABALHO, PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO E NAS DECISÕES RELATIVAS À UNIDADE FAMILIAR

As informações levantadas pela pesquisa revelam que os jovens rurais participam assiduamente da produção agrícola familiar. A tabela 10 mostra com que frequência os jovens trabalham na terra da família segundo sua situação de domicílio.

TABELA 10
Frequência com que os respondentes trabalham na terra da família, segundo o local de residência (Em %)

Situação de domicílio	Nunca	Sempre	Às vezes	NR ¹	Total
Rural	6,4	74,9	17,3	1,4	100,0
Urbano	31,8	34,6	30,2	3,5	100,0
Rural e urbano	8,4	61,7	27,3	2,6	100,0
Total	11,1	66,4	20,5	2,0	100,0

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os percentuais relativos aos não respondentes para situação de domicílio foram suprimidos em virtude da baixa representatividade.

Dos 1.295 respondentes que declararam residir permanentemente em área rural, 92,2% afirmam trabalhar sempre ou às vezes na terra da família. Entre os 154 jovens que alternam residência entre o rural e o urbano, 89% afirmam trabalhar nela sempre ou às vezes. Surpreende verificar que, entre jovens com residência urbana, 64,8% afirmam trabalhar sempre ou às vezes na terra da família, considerando que o total de 318 respondentes desse subgrupo abrange jovens cujas parentelas não moram no campo: ou seja, o denominador real – excluindo os jovens sem parentes em áreas rurais – seria menor e, portanto, a participação relativa dos que trabalham no campo, mesmo morando na cidade, seria maior.

Não se notam diferenças significativas quanto à participação de homens e mulheres no trabalho na terra da família. As proporções, para cada sexo, dos jovens que participam sempre ou às vezes desse trabalho são equivalentes: do total de mulheres respondentes, 86,8% trabalham sempre ou às vezes, ao passo que, entre os homens, esse índice é de 87,1%. Esse dado, entretanto, contradiz em parte a expectativa de que as mulheres, em virtude da divisão de papéis de gênero no lar, tenderiam a se engajar menos que os homens em atividades produtivas.

A pesquisa apurou ainda que o aumento da escolaridade não importa em desvinculação do jovem em relação ao trabalho na propriedade familiar: em todas as faixas de escolarização, a proporção daqueles que afirmam trabalhar sempre na terra da família está significativamente acima da metade. Além disso, a soma das proporções daqueles que declaram trabalhar sempre ou às vezes ultrapassa, para todos os níveis de escolaridade, os 80%.

Em síntese, os dados não confirmam a suposição de que apenas jovens menos escolarizados se engajam nas atividades agrícolas. Ao contrário, a tabela 11 mostra que

não há uma linha decrescente de participação dos jovens na produção familiar conforme aumenta a escolaridade – a proporção dos que trabalham sempre é maior entre os que têm ensino médio completo – e que, mesmo entre aqueles que já ingressaram no ensino superior, essa participação segue sendo alta, ainda que em menor frequência.

TABELA 11
Participação dos respondentes no trabalho na terra da família segundo a escolaridade
(Em %)

Escolaridade	Nunca	Sempre	Às vezes	NR ¹	Total
Nunca frequentou escola/Fundamental incompleto	9,5	67,6	20,0	2,9	100,0
Fundamental completo	10,2	70,4	16,3	3,1	100,0
Médio incompleto	11,3	66,1	21,2	1,4	100,0
Médio completo	8,9	70,5	18,5	2,1	100,0
Superior incompleto/completo/pós	16,7	55,9	25,8	1,6	100,0

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os percentuais relativos aos não respondentes para escolaridade foram suprimidos em virtude da baixa representatividade.

Duas hipóteses podem ser levantadas para explicar esta menor frequência: a demanda por um curso de nível superior pode, de fato, exprimir vocações e perspectivas de futuro em áreas não afins à atividade rural, e é sem dúvida salutar que jovens rurais tenham acesso a oportunidades diversas em termos de escolarização e futuro profissional. Por outro lado, apesar do esforço público recente de levar a oferta de ensino superior a municípios de menor porte e mais marcadamente rurais, a menor participação desses jovens nas atividades agrícolas pode estar associada a uma oferta ainda aquém da demanda, o que lhes impõe a necessidade de se distanciar para realizar seus cursos. De todo modo, vale reforçar que a proporção dos que trabalham sempre na terra, mesmo entre os graduandos (55,9%), é alta.

De acordo com os resultados da pesquisa, não há indícios de um grau mais significativo de especialização de funções dos jovens que trabalham na terra da família. Do total que disse trabalhar sempre ou às vezes, pouco mais da metade (52,6%) afirmou não realizar nenhuma outra atividade ligada à produção familiar, além do trabalho na terra. Para a outra metade, que declarou realizar ao menos uma atividade específica entre as listadas – comercialização da produção, beneficiamento de produtos, artesanato, tarefas administrativas e turismo rural –, a comercialização foi citada com maior frequência, representando 53% do total das menções; atividades relacionadas ao beneficiamento da produção (21,1%) e às tarefas administrativas (20,4%) responderam, respectivamente, pelo segundo e terceiro maior número de ocorrências dentro desse grupo.

Os resultados para artesanato, embora quantitativamente baixos, denotam um viés de gênero bem demarcado: as moças respondem por 70% do total de 123 respondentes que afirmaram realizar atividades artesanais ligadas à produção familiar. Em contrapartida, entre os jovens que afirmam participar de atividades de beneficiamento da produção – que envolvem a fabricação de doces, laticínios, farinhas, geleias, sucos, conservas e outros produtos alimentícios –, os rapazes são maioria (60%). Esse predomínio masculino em atividades geralmente associadas ao trabalho feminino deve se dar por duas razões: a relativa invisibilidade do trabalho das mulheres quando seus produtos se destinam ao consumo familiar, identificando-se como afazeres domésticos, e a maior participação dos homens em atividades de beneficiamento quando estas se dão fora do contexto domiciliar ou à medida que elas se revelam, na economia da casa, importantes fontes de geração de renda.

No que diz respeito à participação dos jovens na direção da produção familiar, os dados da pesquisa apontam que, entre aqueles que afirmam trabalhar sempre na terra da família (1.186 no total), 52,3% dizem participar sempre das decisões e do gerenciamento dessa produção; 32,5% deste grupo declaram participar às vezes e 10,6% dizem nunca tomar parte na direção das atividades produtivas (cerca de 5% não responderam à questão). Esses registros indicam que a cooperação dos jovens no gerenciamento da produção é proporcionalmente menor que a atuação deles no trabalho, embora não deixe de ser bastante significativa, dado que apenas um em cada dez deles diz não participar nunca das decisões relativas à direção das atividades.

Uma das hipóteses que podem explicar a proporção relativamente mais baixa da participação dos jovens nas decisões relativas à produção familiar, em comparação com a participação deles no trabalho na terra da família, é o fato de a maior parte deles – cerca de três quintos – ter menos de 25 anos e, portanto, ser considerada por parte dos pais, no contexto da hierarquia familiar, como jovens demais para assumir os encargos atinentes ao gerenciamento da unidade produtiva. Por outro lado, observa-se uma diferença, em relação aos homens, na proporção das jovens mulheres que, trabalhando sempre na terra da família, afirmam participar sempre do gerenciamento da produção: entre as mulheres desse grupo, 49,5% participam sempre das decisões relativas à produção familiar, mas, entre os homens, essa proporção é de 54,1%. Do ponto de vista da desigualdade entre os sexos, essa diferença torna-se mais expressiva frente aos maiores índices de escolaridade das mulheres em relação aos homens. Entretanto, pode-se supor que a diferença seria ainda maior se, no conjunto dos entrevistados, não houvesse uma proporção expressiva de mulheres envolvidas na atividade sindical: essa vinculação certamente influi sobre a forma como elas são vistas entre os parentes, seja pelo conhecimento e pela autoridade que passam a ter, seja pelo aumento da renda decorrente dessa atividade.

No conjunto dos dados, esse outro aspecto – a escolaridade dos jovens respondentes – mostrou-se relevante para a definição do grau de participação deles nas decisões relativas ao gerenciamento da produção. A tabela 12 traz os dados referentes à frequência com que os jovens que trabalham sempre na terra da família participam das decisões produtivas, segundo seu grau de escolaridade.

TABELA 12
Frequência com que jovens que trabalham sempre na terra da família participam das decisões e gerenciamento da produção familiar, segundo a escolaridade
(Em %)

Escolaridade	Nunca	Sempre	Às vezes	NR ¹	Total
Nunca frequentou escola/Fundamental incompleto	12,7	40,8	36,6	9,9	100,0
Fundamental completo	18,8	46,4	24,6	10,1	100,0
Médio incompleto	12,8	49,6	32,5	5,1	100,0
Médio completo	10,2	52,9	33,4	3,5	100,0
Superior incompleto/completo/pós	4,9	59,8	31,9	3,4	100,0

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os percentuais relativos aos não respondentes para escolaridade foram suprimidos em virtude da baixa representatividade.

As informações da tabela 12 sugerem claramente que, quanto maior a escolaridade dos jovens que trabalham sempre na terra da família, mais frequente é a participação deles nas decisões e no gerenciamento da produção. Enquanto apenas 40,8% dos jovens que não frequentaram escola ou não completaram o ensino fundamental afirmam participar sempre da direção das atividades produtivas familiares, entre os que já ingressaram no

ensino superior o grau dessa participação (considerando apenas os que trabalham sempre), este índice chegou a 59,8%. Com base nos dados da tabela, menos de 5% dos jovens que trabalham sempre e já ingressaram no ensino superior reportaram não participar nunca das decisões e do gerenciamento da produção familiar.

Na tabela 13, cruzam-se os dados de participação dos jovens na direção das atividades produtivas familiares com os níveis de escolaridade, mas, dessa vez, restringindo o universo apenas àqueles que afirmam trabalhar às vezes na terra da família. Os resultados apontam que, também para esse grupo, aumenta a participação dos jovens nas decisões e no gerenciamento da produção conforme aumenta a escolaridade, mas tal participação se dá, de modo geral, numa frequência menor, compatível com a periodicidade com que eles trabalham na terra: com efeito, a maior parte dos jovens que trabalham às vezes na terra da família afirma participar às vezes da direção das atividades produtivas.

TABELA 13

Frequência com que jovens que trabalham às vezes na terra da família participam das decisões e gerenciamento da produção familiar, segundo a escolaridade
(Em %)

Escolaridade	Nunca	Sempre	Às vezes	NR	Total
Nunca frequentou escola/Fundamental incompleto	38,1	4,8	47,6	9,5	100,0
Fundamental completo	37,5	6,3	50,0	6,3	100,0
Médio incompleto	28,0	17,3	50,7	4,0	100,0
Médio completo	22,0	15,1	56,6	6,3	100,0
Superior incompleto/completo/pós	19,1	18,1	57,4	5,3	100,0

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

Os dados permitem sugerir que, embora a frequência com que trabalham na terra seja, de fato, um determinante da frequência com que participam das decisões e do gerenciamento da produção, essa participação segue sempre sendo maior entre os jovens mais escolarizados.

4.1 Trabalho externo

No que diz respeito ao trabalho externo, apenas 22,4% dos jovens respondentes afirmou ter trabalhado fora do estabelecimento familiar nos últimos trinta dias que precederam à realização da pesquisa. Conforme foi visto anteriormente, os jovens que alternam domicílio rural e urbano são, em termos proporcionais, mais representativos desse grupo: 29,9% deles declararam ter realizado algum trabalho externo nesse prazo. Quanto às diferenças por sexo, os dados apontam que 26,5% dos rapazes respondentes afirmaram ter realizado trabalho externo no mês anterior à pesquisa, ao passo que, entre as mulheres, esse índice foi de 17,7%.

Do total dos que trabalharam fora, 56,8% dos jovens declararam ter realizado trabalho externo agrícola, seja diretamente ligado a atividades de cultivo e de criação de animais (42,9%), seja ligado a atividades de comercialização, beneficiamento, transporte ou administração da produção (13,8%). Dos 43,2% que reportaram trabalhos externos não agrícolas, os contingentes relativos de homens e de mulheres são proporcionalmente equitativos, considerando a representação total dos sexos no universo dos respondentes.

Como esperado, a proporção dos jovens que afirmam ter desempenhado trabalho externo nos últimos trinta dias anteriores à pesquisa sobe conforme aumenta o grau de escolaridade, um reflexo da maior presença relativa, na cidade, dos jovens situados nos estratos superiores da escolaridade: cerca de um terço daqueles que já ingressaram ou concluíram o ensino superior declarou ter exercido trabalho externo, ao passo que, entre aqueles com escolaridade mais baixa, esse índice não ultrapassa 20%.

5 IDENTIDADE

A pesquisa buscou também aferir como os jovens presentes no festival se reconhecem em relação às identidades políticas, econômicas, territoriais ou culturais que marcam a diversidade do espaço rural brasileiro. As respostas são mostradas na tabela 14.

TABELA 14
Autodenominação dos jovens

Forma	Quantidade	%
Acampados	56	3,1
Agricultor familiar	1.256	70,4
Assentado	160	8,9
Extrativista	19	1,1
Indígena	4	0,2
Quilombola	71	3,9
Ribeirinho	14	0,8
Trabalhador rural assalariado	96	5,4
Outro	93	5,2
Nenhum	163	9,1
NR	66	3,7

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

Uma vez que o festival da juventude foi promovido pela Contag, não surpreende que 70,4% dos respondentes se reconheçam como agricultores(as) familiares, uma vez que esta é a principal base social da confederação. Dada essa determinação, são expressivos também os números de respondentes que se identificam como assentados (9%), trabalhadores rurais assalariados (5,4%) e quilombolas (quase 4%). Como a questão permitia que o respondente assinalasse mais de uma alternativa, parte dos que se identificaram como agricultores familiares também se reconheceram em outras categorias: assim, dos 160 respondentes que se declararam assentados, por exemplo, 68 também se marcaram neste item; dos 71 quilombolas, 44 afirmaram pertencer a esta categoria; e, dos 96 trabalhadores assalariados, um terço também se identificou desta forma.

Essas sobreposições se explicam, por um lado, pela natureza distinta que essas identidades têm entre si: algumas denotam mais a relação com a terra ou o território – como os quilombolas –, outras as formas de trabalho, outras, ainda, são construídas no processo da luta por reforma agrária e dizem respeito aos não beneficiários – acampados – e aos beneficiários – assentados – dessa política. Por outro lado, como a agricultura familiar corresponde, simultaneamente, a um setor econômico do rural e a um modelo de produção, a categoria dos agricultores familiares é o gênero comum a variadas identidades relativas à terra e a formas de produção agrícola que não se enquadram no modelo patronal convencional. A própria Lei nº 11.326/2006, que qualifica essa categoria,

estende sua definição a quilombolas, extrativistas, pescadores, indígenas e a outros povos e comunidades tradicionais.

Entretanto, chama atenção o número relativamente elevado de jovens que afirmam não se identificar com nenhuma das categorias listadas: 9,3%. Deste total (163), quase metade (79) tem residência exclusivamente urbana, o que em certa medida ajuda a explicar o dado – embora três quartos dos jovens urbanos se tenham reconhecido em alguma das identidades consideradas. Ademais, é provável que grande parte deles se identifique apenas como estudantes: essa hipótese é sugerida pelo fato de que, entre os que assinalaram a opção outros e especificaram uma resposta, a maioria declarou-se estudante.¹¹ Isto pode significar que, para parte expressiva da juventude respondente – sem perder de vista que a maioria se reconhece como agricultor(a) familiar –, essa identidade está ainda em aberto, o que reflete talvez as transições e incertezas quanto ao futuro que marcam essa etapa da vida. As seções finais deste estudo retomam o tema.

6 ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E INFORMAÇÃO

Outro tema importante abordado na pesquisa foi o acesso dos jovens ou seus familiares a políticas públicas. Os resultados, trazidos pela tabela 15, não representam, evidentemente, dados de cobertura: devem, antes, ser interpretados como dados de perfil do público presente no festival, cuja proximidade com os sindicatos e cuja capacidade de mobilização presumem um acesso mais amplo a tais políticas.

TABELA 15
Número de jovens beneficiários ou cujos familiares são beneficiários de políticas públicas, segundo o tipo

Tipo	Quantidade	%
Reforma agrária	156	8,7
Regularização fundiária	31	1,7
Crédito fundiário	74	4,1
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	626	35,1
Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)/Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	121	6,8
Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	73	4,1
Pronera/ Prouni/ Pronatec ¹	168	9,4
Habitação rural	135	7,6
Previdência rural	372	20,8
Bolsa Família	896	50,2
Nenhum	292	16,4
Não conhece	97	5,4

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa Universidade para Todos (Prouni), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

De todo modo, os números apresentados anteriormente dão conta de que a política que mais chega aos domicílios dos jovens respondentes é o Bolsa Família: pouco mais da metade deles (50,2%) declaram-se beneficiários diretos ou indiretos das transferências de renda operadas por esse programa. O segundo programa mais citado pelos jovens foi o Pronaf: pouco mais de um terço deles (35,1%) afirmou que os créditos para a produção

11. Um grupo menor identificou-se como trabalhador rural não assalariado e outro como parceiro, meeiro, arrendatário ou outra forma de relação com a terra que não presume a propriedade desta. Os números são, todavia, baixos em termos absolutos e relativos.

que essa política viabiliza chegaram às suas unidades familiares. A representatividade relativamente alta do Pronaf entre os respondentes não necessariamente exprime o grau de acesso deles à linha específica do Pronaf Jovem, mas reflete, provavelmente, o acesso dos pais (ou dos próprios jovens) à modalidade convencional do programa que, sendo operada desde 1996, já acumula quantitativo alto de beneficiários.

Além disso, pouco mais de um quinto dos jovens (20,8%) cita alguém de seu domicílio como beneficiário da previdência rural. Do total dos que declaram acesso a esse benefício por parte de um familiar, 82,5% moram com pais ou sogros ou com avós. Não se pode certamente apurar se os benefícios previdenciários a que os jovens se referem são aposentadorias, pensões ou mesmo transferências assistenciais, como o benefício de prestação continuada (BPC), e seria necessário formular um quadro mais completo dos moradores de seus domicílios para tecer conclusões mais assertivas a respeito desses números. Em todo caso, vale assinalar que a previdência rural – política voltada à população mais idosa – é mencionada mais frequentemente pelos jovens que políticas educacionais e formativas, como Pronera, Prouni e Pronatec (9,4%), especificamente direcionadas à juventude. Essa diferença, conquanto não possa ser generalizada nos termos de uma evidência estatística, sugere, por um lado, que a universalização das políticas educacionais é, ainda, um desafio; por outro, que a política previdenciária, embora focalizada nos idosos, afeta positivamente a realidade concreta da vida familiar e social dos jovens do campo.

Os dados de demanda por políticas sociais confirmam, de certo modo, as relativas carências de acesso levantadas na tabela anterior. Com efeito, das políticas a que os jovens gostariam de ter acesso, as citadas com mais frequência foram precisamente as relacionadas à educação: o Pronatec foi mencionado por 294 jovens, o Prouni por 212 e o Pronera por 174. Habitação rural, cuja abrangência entre os respondentes é restrita (7,6%, como mostra a tabela 15), foi citada por 202 jovens como exemplo de política a que gostariam de ter acesso. As políticas concernentes ao acesso à terra registraram numerosas menções também: a reforma agrária foi citada por 140 jovens, o crédito fundiário (uma política particularmente difundida pela Contag) teve 154 citações, a regularização fundiária foi referida 66 vezes. Pode-se dizer que, para os jovens presentes ao festival, as principais demandas por políticas públicas dizem respeito à educação, à moradia no campo e ao acesso à terra.¹²

Os jovens foram ainda perguntados sobre as instalações e equipamentos recreativos, esportivos ou culturais a que tinham acesso a partir das suas comunidades. Cerca de 14% dos respondentes afirmaram não ter acesso a qualquer dos itens relacionados – biblioteca, campo de futebol, centro multiuso/centro cultural, cinema/teatro, *LAN house* ou local de acesso à internet, praça/parque, quadra poliesportiva. Entre jovens com domicílio rural, esse índice foi de 16%, ao passo que entre urbanos ou rural-urbanos foi de 8,4% e 10,3% respectivamente, uma diferença que ilustra sensivelmente as desigualdades territoriais relativas à distribuição de equipamentos públicos de lazer e cultura, mais presentes na cidade que no campo. Dos equipamentos listados, os mais citados foram o campo de futebol – acessível a 56,7% dos respondentes – e as bibliotecas – acessível a 35,5% deles.

As informações de acesso a esses dois equipamentos segundo os locais de residência dos jovens revelam, entretanto, uma camada a mais das desigualdades territoriais. Entre jovens

12. É possível que os jovens tendam a mencionar políticas que considerem mais factíveis de acessar. Com efeito, atualmente, o acesso à universidade parece mais próximo que o acesso à terra. Dito de outro modo, os jovens veem mais pessoas entrando na universidade do que sendo contempladas por políticas de reforma agrária na sua região.

rurais, apenas 30,5% têm acesso a bibliotecas, enquanto que, para urbanos e rural-urbanos, esse índice é, respectivamente, de 51,2% e 45,4%. O acesso a campos de futebol, por sua vez, é mais equitativo: 58,1% dos rurais, 53,7% dos urbanos e 52% dos rural-urbanos o mencionam. Como é evidente que as condições de instalação e funcionamento de uma biblioteca requerem investimentos mais vultosos e contínuos que a abertura de um campo de futebol, o contraste entre a relativa paridade de acesso no caso deste equipamento e a discrepância no caso daquele ressalta a percepção de que os espaços rurais são desfavorecidos na repartição dos recursos públicos. Os dados de acesso a cinema/teatro ou centros culturais revelam a mesma desigualdade territorial no que diz respeito a equipamentos ou instalações culturais que geralmente dependem de investimento público: enquanto 18% dos jovens respondentes com residência em área urbana afirmam ter acesso a cinema, teatro ou centros culturais, apenas 5% dos rurais declaram dispor desses equipamentos nos locais onde residem.

Em contrapartida, os resultados relativos ao acesso dos jovens respondentes aos meios de comunicação mostraram que não existe praticamente assimetria entre as formas com que os jovens que moram em áreas rurais e urbanas se mantêm informados. A tabela 16 elenca os dados gerais referentes a essa questão.

TABELA 16
Meios de comunicação utilizados para obter informações

Tipo	%
Rádio	52,9
Internet/redes sociais	79,6
Televisão	77,5
Jornais e revistas impressos	30,8
Boletins e jornais sindicais	21,2

Elaboração dos autores.

Certamente, a nota inovadora dos dados referentes a tabela 16 é a grande proporção de jovens rurais que afirma usar a internet como fonte de informação, uma proporção superior mesmo a veículos tradicionais, como televisão e rádio. Embora, no que diz respeito à internet, verifiquem-se ainda diferenças quanto à frequência de acesso segundo a situação de domicílio – 76% dos jovens que moram em áreas rurais citam a internet como meio de comunicação normalmente utilizado, ao passo que entre aqueles que moram em áreas urbanas e rural-urbanas esses índices chegavam a 87% e 92% respectivamente –, a magnitude dos números quase permite dizer que o uso da internet e suas redes sociais como meio de informação está em vias de se tornar regra, e que outros veículos, menos interativos, tendem a perder espaço.

De todo modo, esses resultados reforçam a tese de que a juventude rural da atualidade já não parece corresponder à imagem convencional que, até anos atrás, a representava como grupo social marcado pelo isolamento geográfico e pelo pouco acesso a informações, cultura e conhecimento, em contraposição à imagem de uma juventude urbana portadora do novo e de maior capacidade para acompanhar as transformações de seu tempo. É possível afirmar que os jovens do campo, situando os seus projetos de vida no rural, constroem-nos já a partir de uma visão ampliada, que conjuga, numa síntese complexa, elementos do mundo urbano – que parece já ter deixado de ser, para grande parte deles, a paisagem desconhecida ou utópica onde eles projetavam seus sonhos – e do mundo rural.

7 PROJETOS DE VIDA E SONHOS FUTUROS

As perspectivas dos jovens em relação ao futuro foram abordadas na pesquisa sob dois aspectos: o desejo, isto é, aquilo que os jovens gostariam de fazer se dependessem apenas de sua vontade, e a expectativa, isto é, aquilo que acreditam que farão ou serão determinados a fazer em vista das circunstâncias ou condições de vida. Tais perspectivas foram ponderadas segundo duas dimensões, a partir de um horizonte futuro definido: onde os jovens desejavam ou achavam que estariam morando e que trabalho desejariam estar exercendo nos próximos dez anos.

TABELA 17
Local onde deseja estar vivendo daqui a dez anos, segundo o sexo

Sexo	No campo	%	Na cidade	%	Tanto faz	%	Não sei	%	NR	%	Total
Mulheres	470	57,3	138	16,8	59	7,2	131	16,0	22	2,7	820
Homens	587	61,2	122	12,7	67	7,0	138	14,4	45	4,7	959
NR	4	-	1	-	1	-	-	-	-	-	6
Total	1.061	59,4	261	14,6	127	7,1	269	15,1	67	3,8	1.785

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

Como mostra a tabela 17, do total de respondentes, 59,4% gostariam de estar vivendo no campo, ao passo que 14,6% prefeririam estabelecer-se na cidade. Os dados apontam, entretanto, uma diferença de 4 pontos percentuais (p.p.) entre as proporções de jovens homens e mulheres que desejam viver no campo daqui a dez anos: embora mais da metade do total das mulheres afirme o desejo de viver no campo, é relativamente maior entre elas o número daquelas que pretendem viver na cidade – 16,8% contra 12,7% dos homens. Como praticamente não há diferença entre jovens homens e mulheres quanto à situação atual de domicílio, pode-se considerar que nessa pequena discrepância repercute o efeito das determinações de gênero e, em alguma medida, uma percepção por parte das mulheres de que o campo não reserva a elas o mesmo espaço que aos homens.

A tabela 18 mostra precisamente os resultados dos desejos dos jovens em relação ao local onde gostariam de estar vivendo daqui a dez anos a partir da sua atual situação de domicílio. Entre os que residem hoje no rural, 65,5% afirmam que gostariam de permanecer no campo e apenas 11% manifestam o desejo de transferir-se para a cidade. Entre os que residem atualmente em áreas urbanas, 35,8% afirmam a vontade de viver no campo, ao passo que 32,1% gostariam de continuar na cidade. Entre os jovens que alternam residência entre o rural e o urbano, 55,8% declaram que gostariam de estar vivendo no campo daqui a dez anos. Em princípio, mesmo considerando a prevalência do desejo de retorno ou permanência no campo, as diferenças percentuais com que esta tendência geral se observa denotam que as vontades dos jovens se inclinam relativamente mais em favor da continuidade de suas respectivas situações atuais de domicílio – entre os que se revezam em residências no campo e na cidade, a soma dos que afirmam não saber ou ser indiferentes a essa escolha (tanto faz) responde por quase um terço do total.

TABELA 18
Local onde deseja estar vivendo daqui a dez anos, segundo a situação de domicílio atual

Situação de domicílio	No campo	%	Na cidade	%	Tanto faz	%	Não sei	%	NR	%	Total
Rural	848	65,5	142	11,0	74	5,7	182	14,1	49	3,8	1.295
Urbano	114	35,8	102	32,1	29	9,1	59	18,6	14	4,4	318
Rural-urbano	86	55,8	16	10,4	22	14,3	27	17,5	3	1,9	154
NR	13	-	1	-	2	-	1	-	1	-	18
Total	1.061	59,4	261	14,6	127	7,1	269	15,1	67	3,8	1.785

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

A confrontação com os dados de escolaridade, apresentada na tabela 19, oferece outra evidência de que a permanência no campo não é uma decisão passiva, comum aos jovens com menos alternativas de vida ou cuja escolaridade insuficiente restringe as perspectivas de emprego na cidade: as proporções dos jovens com ensino médio completo ou que já ingressaram no ensino superior que desejam permanecer no campo são superiores (62,8% e 62,5% respectivamente) às daqueles cuja escolarização se interrompe antes do fim do ensino médio ou nos ciclos iniciais de formação. Os dados apontam que os jovens com ensino médio incompleto situam-se numa faixa crítica em relação à decisão de permanecer ou não no campo. Isso sugere não apenas que esse nível de ensino tem provisão precária no rural – segundo os números do Censo Escolar, entre 2003 e 2014 foram fechadas 36.526 escolas do campo –, mas, ainda, que a perspectiva de saída do campo em busca de um projeto de vida na cidade parece estar associada antes a uma formação escolar incompleta que propriamente a uma preferência de jovens mais escolarizados, cuja posição, em tese, lhes facultaria melhores condições de escolha.

TABELA 19
Local onde deseja estar vivendo daqui a dez anos, segundo a escolaridade

Escolaridade	No campo	%	Na cidade	%	Tanto faz	%	Não sei	%	NR	Total
Nunca frequentou escola/Fundamental incompleto	59	56,2	10	9,5	12	11,4	14	13,3	10	105
Fundamental completo	56	57,1	8	8,2	10	10,2	18	18,4	6	98
Médio incompleto	176	49,7	70	19,8	31	8,8	62	17,5	15	354
Médio completo	539	62,8	120	14,0	51	5,9	125	14,6	23	858
Superior incompleto/completo/pós	228	62,5	53	14,5	22	6,0	49	13,4	13	365
NR	3	-	0	-	1	-	1	-	0	5
Total	1.061	59,4	261	14,6	127	7,1	269	15,1	67	1.785

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

Os dados concernentes às expectativas – apresentados na tabela 20 – destoam significativamente dos números relativos aos desejos futuros. A proporção geral dos jovens respondentes que acreditam que estarão vivendo no campo daqui a dez anos cai a 51,6%. A distância relativa entre os totais de homens e de mulheres que acham que estarão vivendo no campo daqui a uma década torna-se mais expressiva em comparação com a diferença entre os desejos: amplia-se de 4 p.p. para 6 p.p.

TABELA 20
Local onde acha que estará vivendo daqui a dez anos, segundo o sexo

Sexo	No campo	%	Na cidade	%	Não sei	%	NR	%	Total
Mulheres	397	48,4	166	20,2	232	28,3	25	3,0	820
Homens	521	54,3	169	17,6	225	23,5	44	4,6	959
NR	3	-	2	-	1	-	-	-	6
Total	921	51,6	337	18,9	458	25,7	69	3,9	1.785

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

Entre os jovens que têm residência rural atualmente, a proporção dos que acham que permanecerão no campo passa a 56,8%, quase 10 p.p. a menos que a registrada na tabela 18 (65,5%). Essa diferença percentual ilustra, como medida aproximada, o hiato entre o desejo e a expectativa. Em contrapartida, entre jovens atualmente residentes na cidade, desponta uma maioria relativa (36,6%) que afirma acreditar que seguirá vivendo em área urbana daqui a dez anos. Mesmo entre jovens que alternam residência entre o rural e o

urbano, menos da metade (48,7%) aposta que conseguirá permanecer no campo. Como os índices de NR da tabela 21 praticamente repetem os da tabela 18, é possível afirmar que, por comparação, a tendência geral de permanência ou retorno ao campo, observada nos dados relativos aos desejos, atenua-se consideravelmente nos dados relativos às expectativas, quando as proporções dos jovens que acham que viverão na cidade e dos que não sabem onde estarão daqui a dez anos tornam-se mais expressivas. Essa defasagem das expectativas em relação aos desejos indica que, para os jovens respondentes, os motivos de saída do campo estão significativamente ligados à falta de condições objetivas para a permanência, e não apenas a uma atração subjetiva pela cidade.

TABELA 21
Local onde acha que estará vivendo daqui a dez anos, segundo a situação de domicílio atual

Situação de domicílio	No campo	%	Na cidade	%	Não sei	%	NR	%	Total
Rural	735	56,76	194	14,98	315	24,32	51	3,94	1.295
Urbano	100	31,45	115	36,16	89	27,99	14	4,40	318
Rural-urbano	75	48,70	25	16,23	52	33,77	2	1,30	154
NR	11	-	3	-	2	-	2	-	18
Total	921	51,60	337	18,88	458	25,66	69	3,87	1.785

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

A tabela 22 arrola os dados sobre as expectativas futuras dos jovens quanto à permanência no campo segundo a escolaridade. Como se pode observar, aqui também os maiores níveis de escolaridade respondem pelas maiores proporções de jovens que apostam na permanência no campo: entre os que têm ensino médio completo e os que já ingressaram no ensino superior, 54,2% e 56,2%, respectivamente, acham que estarão vivendo no campo nos próximos dez anos. Também nesse caso, jovens com ensino médio incompleto formam o grupo que registra a menor expectativa de permanência no campo: menos de 50%. A diferença entre desejos e expectativas, que revela um pendor dos jovens a projetar no futuro uma menor probabilidade real de permanência no campo, incide praticamente por igual em todas as faixas de escolaridade. Isto atesta, de certo modo, não apenas que a diferença entre desejos e expectativas foi bem compreendida pelos jovens, mas sobretudo que eles percebem que sua probabilidade real de permanência depende de fatores e condições objetivas que estão além das vantagens ou desvantagens subjetivas relacionadas à formação escolar.

TABELA 22
Local onde acha que estará vivendo daqui a dez anos, segundo a escolaridade

Escolaridade	No campo	%	Na cidade	%	Não sei	%	NR	Total
Nunca frequentou escola/Fundamental incompleto	48	45,7	13	12,4	35	33,3	9	105
Fundamental completo	50	51,0	15	15,3	26	26,5	7	98
Médio incompleto	151	42,7	86	24,3	104	29,4	13	354
Médio completo	465	54,2	154	17,9	211	24,6	28	858
Superior incompleto/completo/pós	205	56,2	69	18,9	80	21,9	11	365
NR	2	-	0	-	2	-	1	5
Total	921	51,6	337	18,9	458	25,7	69	1.785

Elaboração dos autores.
Obs.: NR = Não respondeu.

Os jovens foram perguntados, ainda, sobre o tipo de atividade ou trabalho que desejariam estar exercendo daqui a dez anos. A grande maioria (82% do total) das respostas

válidas referiu-se a ocupações agrícolas ligadas ao cultivo e criação de animais (49,5%) ou à comercialização, beneficiamento, transporte e administração da produção (32,4%), conforme se vê na tabela 23.¹³ Do total, apenas 18,1% das respostas indicaram o desejo dos jovens de estar trabalhando em atividades não agrícolas daqui a dez anos. Os resultados refletem em grande medida as situações atuais de trabalho dos jovens nas unidades familiares: entre os que afirmam que nunca trabalham na terra da família, 52,4% das respostas apontaram para o desejo de exercer atividades não agrícolas daqui a dez anos; em contrapartida, entre os que sempre trabalham na terra familiar, apenas 10,8% das respostas citam o desejo dos jovens de trabalhar em atividades não agrícolas no futuro próximo.

TABELA 23

Atividade que os jovens respondentes desejam estar exercendo daqui a dez anos, segundo a frequência com que trabalham na terra da família¹

(Em %)

Frequência com que trabalha na terra da família	Agrícola ligada ao cultivo e/ou criação de animais	Agrícola ligada a comercialização, beneficiamento, transporte e administração da produção	Não agrícola
Nunca	28,0	19,6	52,4
Sempre	55,8	33,4	10,8
Às vezes	38,3	35,3	26,4
Total	49,5	32,4	18,1

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Como o enunciado permitia que os jovens marcassem mais de uma alternativa, os percentuais da tabela representam a proporção de respostas para cada alternativa sobre o número total de respostas válidas. A mesma explicação cabe às tabelas 24 e 25.

A socialização do jovem através do trabalho familiar e os ganhos de autonomia que eventualmente ocorrem ao longo desse processo mostram-se, pois, elementos fundamentais na construção do desejo em permanecer no campo.

Além disso, os números referentes ao grupo dos que sempre trabalham na terra da família mostram que, em sua maioria, tais jovens nutrem, de maneira ativa, um projeto de vida ligado ao espaço rural e ao trabalho no campo, e que este trabalho abrange já não apenas o cultivo e a criação de animais, mas também as esferas da produção que a realizam ou agregam valor a ela. Esses jovens querem efetivamente permanecer no campo, e declaram essa perspectiva a partir da experiência atual e concreta do trabalho na terra e da economia familiar rural.

Os dados por gênero (tabela 24) confirmam que, entre homens e mulheres jovens, predomina o desejo de trabalhar em atividades agrícolas no futuro, seja naquelas diretamente ligadas ao cultivo ou criação de animais, seja naquelas relacionadas às etapas de comercialização, beneficiamento, transporte e administração da produção. Subsiste uma ligeira superioridade na proporção de mulheres que desejariam trabalhar em atividades não agrícolas no futuro – um quinto delas contra 15,7% dos rapazes – e, em contrapartida, uma ligeira superioridade na proporção dos homens que desejam trabalhar em atividades agrícolas diretas – 52,5% deles contra 46% das moças. Essas discrepâncias refletem de certo modo as diferenças por sexo quanto à situação de domicílio e de ocupação.

13. Contabilizou-se um total de 1.677 questionários válidos para essa questão e, desse total, cerca de 11% assinalavam simultaneamente as alternativas 1 e 2, isto é, o desejo de realizar no futuro atividades agrícolas diretas ou ligadas às etapas subsequentes ou correlatas à produção. Por essa razão, parece oportuno agregar, na análise, essas duas respostas. Em contrapartida, apenas 1% dos respondentes escolheu, simultaneamente, um dos dois tipos de atividade agrícola e atividade não agrícola, o que denota um grau de demarcação bem mais estreito na definição de um projeto de futuro relacionado à ocupação.

TABELA 24

Atividade que os jovens respondentes desejam estar exercendo daqui a dez anos, segundo o sexo
(Em %)

Sexo	Agrícola ligada ao cultivo e/ou criação de animais	Agrícola ligada a comercialização, beneficiamento, transporte e administração da produção	Não agrícola
Mulheres	46,0	33,0	21,0
Homens	52,5	31,8	15,7
Total	49,5	32,4	18,1

Elaboração dos autores.

Essas mesmas perspectivas dos jovens em relação ao tipo de atividade em que estarão trabalhando daqui a dez anos são apresentadas, na tabela 25, segundo as faixas de escolaridade. Conforme se vê, jovens com ensino médio incompleto respondem pela maior proporção (22,0%) relativa dos que desejam exercer atividade não agrícola no futuro; os jovens que já ingressaram no ensino superior registram a menor proporção daqueles que se veem ocupados em atividades agrícolas ligadas ao cultivo ou à criação de animais (41,8%), mas, em contrapartida, sobressaem como o grupo mais representado (38,2%) entre os que desejam engajar-se em atividades agrícolas complementares, de realização ou agregação de valor – ligadas a comercialização, beneficiamento, transporte ou administração da produção. Se, com efeito, parece existir uma tendência linear de decréscimo, por faixa de escolaridade, das proporções dos jovens que desejam ocupar-se em atividades agrícolas diretas – embora entre jovens com ensino médio completo esse indicador seja superior ao de jovens com ensino médio incompleto, pela maior tendência relativa destes últimos a preferir ocupações urbanas –, está claro que as preferências por atividades agrícolas complementares e não estritamente relacionadas ao trabalho direto com a terra crescem linearmente com o aumento da escolaridade. Esse dado pode sugerir que, além de manterem um vínculo bastante estreito com o trabalho na terra, os jovens com maior escolarização percebem de modo mais amplo as etapas em que se desdobra a produção agrícola e, em alguma medida, relacionam sua formação às competências específicas que aquelas etapas envolvem.

TABELA 25

Atividade que os jovens respondentes desejam estar exercendo daqui a dez anos, segundo a escolaridade
(Em %)

Escolaridade	Agrícola ligada ao cultivo e/ou criação de animais	Agrícola ligada a comercialização, beneficiamento, transporte e administração da produção	Não agrícola
Nunca frequentou escola/Fundamental incompleto	64,1	22,3	13,6
Fundamental completo	56,7	29,9	13,4
Médio incompleto	47,3	30,7	22,0
Médio completo	51,3	32,2	16,5
Superior incompleto/completo/pós	41,8	38,2	20,0
Total	49,5	32,5	18,0

Elaboração dos autores.

Em seu desfecho, a pesquisa continha uma questão aberta, que perguntava aos jovens qual era o seu maior sonho. O propósito de oferecer esse espaço para uma manifestação mais livre dos desejos de futuro dos jovens era tentar captar em que medida tais desejos, projetados sobre um horizonte não limitado ou condicionado por alternativas específicas, seguiriam ligados ao espaço rural e às atuais situações de vida e trabalho dos respondentes. A partir das respostas obtidas, procedeu-se, para fins analíticos, a uma classificação dos sonhos segundo seu conteúdo, listando-os sob três variáveis:

- relação ou não com o espaço rural;
- dimensão do projeto de vida indicado: pessoal, familiar, comunitário ou universal; e
- tema abordado: terra, projeto produtivo próprio, produção sustentável ou agroecológica, emprego/trabalho não agrícola ou não especificado, educação/formação, renda/condições materiais, saúde, habitação, segurança, direitos/cidadania, qualidade de vida, ambições políticas.

Do total de respondentes – considerando apenas os que responderam à questão¹⁴ –, 43,3% declararam sonhos especificamente relacionados ao espaço rural – seja quanto à formação profissional (ser engenheira agrônoma, ser operador de máquinas agrícolas etc.), quanto à possibilidade de ter um projeto produtivo próprio (ter uma unidade produtiva rentável, permanecer no campo desenvolvendo minha atividade rural) ainda que não expressamente voltado à atividade agrícola (ter meu próprio negócio no campo, sem precisar morar na cidade etc.), ou, por fim, quanto a expectativas mais genéricas atinentes à qualidade de vida (viver sempre feliz na minha comunidade rural etc.).

A exemplo do que foi feito com as demais questões, os dados decorrentes da classificação dos sonhos quanto à sua relação com o espaço rural foram cruzados com as faixas de escolaridade e, também nesse caso, deixaram patente que a proporção de respondentes cujos sonhos se relacionam ao rural cresce à medida que aumenta seu nível de escolarização. Com efeito, entre os jovens que nunca frequentaram escola ou têm fundamental incompleto, apenas 34,8% relataram sonhos ligados à ruralidade; para os que têm fundamental completo e os que têm ensino médio incompleto, esses índices são, respectivamente, de 37,8% e de 39%; entre os que têm ensino médio completo e os que já ingressaram no ensino superior, os percentuais sobem, respectivamente, a 44,3% e 49,2%. Esses números reforçam, mais uma vez, a percepção de que, entre os jovens que compareceram ao festival da juventude rural da Contag – em média mais escolarizados que os jovens rurais de modo geral –, o aumento da escolaridade e mesmo a entrada no ensino superior não são indutores de saída do campo, mas parecem, antes, permitir que os jovens projetem uma vida futura no campo a partir de condições menos idealizadas, fundadas sobre algumas expectativas já satisfeitas no que diz respeito à formação escolar e profissional.

Esse dado oferece uma chave interpretativa para o grande predomínio dos sonhos relativos a projetos pessoais (78,2% do total) sobre os sonhos relativos a projetos familiares ou comunitários. Com efeito, é bastante presente em estudos sobre a juventude a tese segundo a qual subsiste um conflito latente entre os projetos individuais dos jovens, ligados a um difuso desejo de “melhorar de vida” (Carneiro, 1998) que se associa à saída do campo, e os projetos ou compromissos que eles são determinados a assumir no interior da família, ligados à divisão de trabalho, à sucessão, aos cuidados com os pais na velhice e outros fatores que se vinculam à permanência no campo, na medida em que reafirmam um “sentimento de pertencimento à localidade de origem” (*idem, ibidem*).

Em um contexto histórico em que o espaço rural se caracterizava pelo relativo isolamento socioeconômico que o mantinha à margem dos valores culturais tipicamente urbanos e ao mesmo tempo suscitava nos jovens uma visão idealizada da cidade como horizonte de realização de um futuro sonhado, a escolarização se destacava como a principal estratégia de construção de um projeto de vida não essencialmente vinculado à atividade agrícola. A migração, mesmo que temporária, era uma etapa dessa construção – e uma importante

14. Foram suprimidos, do cálculo das proporções seguintes, 195 questionários em que essa questão não foi respondida ou cuja resposta estava ilegível.

tradição de estudos sociológicos mostrou que a migração de jovens mulheres para o urbano inscrevia-se na sua necessidade de investir na escolarização como forma de realizar um projeto de vida dissociado da origem rural, visto que elas eram excluídas da sucessão na terra familiar. Com a crescente convergência entre os valores culturais do campo e da cidade, contudo, esse padrão parece perder força e, em consequência, os projetos pessoais passaram a ganhar mais espaço no ambiente familiar. Tal movimento, como explica Carneiro (1998), não implica a negação, por parte dos jovens, de sua “cultura de origem”, mas envolve uma ambiguidade talvez típica da juventude como etapa de vida: a coexistência atribulada entre um desejo de diferenciação e um desejo de atender às expectativas familiares.

Essa ambiguidade, nota Carneiro (1998), exprime-se na conciliação entre o desejo de sair para estudar na cidade e ter outra profissão com a vontade de regressar para seguir morando na sua localidade de origem. Os dados da pesquisa, ao menos no que se refere a esse agrupamento social específico formado pelos jovens do Festival da Juventude da Contag, sugerem a necessidade de complementar tal interpretação. Em primeiro lugar, o forte caráter pessoal ou individual dos sonhos e projetos de vida declarados pelos jovens não parece estar vinculado à saída do campo nem necessariamente a um distanciamento em relação à atividade agrícola. Os números anteriores, concernentes às perspectivas de local de moradia e trabalho dos jovens para daqui a dez anos, apontam que a proporção daqueles que manifestam desejo de permanecer no campo e de seguir vinculados de alguma forma à atividade agrícola cresce com o aumento da escolaridade. Tal fator introduz, ao menos, duas matizações importantes no perfil desses jovens.

De um lado, parece subsistir uma distinção qualitativa entre ficar no campo e permanecer nele. O “ficar” no campo estaria, nos termos descritos por Carneiro (1998), relacionado a uma espécie de conformação do jovem às expectativas familiares e, assim, indicaria antes uma “decisão” passiva ou uma continuidade inercial que propriamente a realização de projeto individual. O “permanecer” representaria, diferentemente, uma atitude ativa desses jovens em relação ao futuro no campo, não necessariamente tributária das expectativas familiares, sobretudo porque essa permanência pode ser concebida sobre bases individuais.

De outro lado, resta claro que os jovens mais escolarizados vislumbram um futuro no campo que conjugue seus ganhos de escolarização e formação técnico-profissional com a produção agrícola ou, em sentido mais amplo, com o desenvolvimento de atividades econômicas no espaço rural. Essa circunstância permite avançar, ainda que preliminarmente, a tese de que os jovens rurais de hoje que têm ânimo de permanecer no campo realizam uma espécie de síntese entre a técnica – conjunto de conhecimentos formais, adquiridos ao longo de uma trajetória escolar mais longa que os leva ao ensino superior – e a tradição – conjunto de saberes relacionados à terra e à atividade agrícola, acumulados pela vivência no espaço rural e pelo aprendizado prático no auxílio à família. De certa maneira, esta síntese confere aos jovens um duplo olhar crítico: um voltado às novidades tecnológicas, que desprezam conhecimentos rurais tradicionais, e outro às heranças, que recusam as inovações das atividades, métodos e processos ligados à produção. Tais jovens assentariam, portanto, seus projetos futuros de vida sobre uma experiência concreta real ou, ao menos, mais despojada das idealizações relativas à vida no campo ou na cidade.

As proporções com que os sonhos dos jovens se distribuem entre os temas reforçam alguns aspectos dessa interpretação. Como os sonhos poderiam ser classificados em mais de um tema, contou-se o total das diferentes classificações imputadas a fim de estabelecer

um denominador comum para efeito de análise. Assim, por exemplo, um sonho do tipo: “ter uma unidade produtiva rentável, fazer doutorado em educação do campo, atuar diretamente na produção e contribuir para a formação e organização dos camponeses” foi associado aos temas projeto produtivo agrícola, educação/formação, e ambições políticas; ou seja, recebeu três classificações. Da mesma forma, um sonho do tipo: “ter uma família e viver feliz, no entanto tenho um objetivo profissional, que é me formar em zootecnia” foi associado aos temas qualidade de vida e educação/formação; ou seja, recebeu duas classificações.

Assim, do total de classificações temáticas imputadas, o tema educação/formação correspondeu ao maior número de ocorrências (32,3%). Os sonhos relacionados a terra, projeto produtivo agrícola, produção sustentável ou agroecológica, somados, corresponderam, em bloco, ao segundo maior número de ocorrências (27,4%). O terceiro tema mais presente nos sonhos (18,1%) é emprego/trabalho não agrícola ou não especificado: enquadram-se, nesse tema, sonhos do tipo: “ter um bom trabalho” ou “ser veterinário, domador de animais”.

É difícil abranger esses indicadores sob uma fórmula geral. Contudo, a partir dos sonhos declarados, seria possível dizer que, se os jovens respondentes fossem representados por um só jovem, este teria como sonho principal formar-se ou se qualificar técnica ou profissionalmente e que, ao escolher entre um projeto de vida ligado à atividade rural e um projeto relacionado a empregos ou ocupações não agrícolas, tenderia a seguir a primeira opção.

Evidentemente, essa fórmula reduz a pluralidade de perspectivas e anseios manifestados pelos jovens e, portanto, não pode ser compreendida como expressão comum da juventude presente no festival. Tampouco se pode conferir a essa interpretação um sentido genérico que concernisse a todo o universo dos jovens rurais brasileiros. É importante frisar que os resultados dessa pesquisa se referem a um grupamento social específico – os jovens que vieram ao Festival da Juventude da Contag – e que esse grupamento tem, por sua vez, características bem específicas, como foi ressaltado ao longo deste estudo. Cabe, porém, assinalar que os dados aqui apresentados divergem em muitos pontos da imagem convencional que se tem da juventude rural e que o conjunto dessas divergências, guardando certa coerência entre si, aponta para o surgimento de um novo perfil de jovem do campo, ligado à transformação significativa das condições de vida nos espaços rurais do país ao longo da última década.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs oferecer um retrato da juventude rural contemporânea, vista pelos olhos dos jovens que participaram do III Festival da Juventude Rural, da Contag, em 2015. O objetivo central do estudo não foi fixar um novo perfil sociológico dos jovens do campo, mas, antes, conhecer mais diretamente, a partir das próprias afirmações desses, as condições em que vivem no presente e as perspectivas sob as quais projetam o futuro. A despeito dos limites estabelecidos pelo método e pelo universo de análise que definiram a estratégia da pesquisa, é possível dizer que as informações que ela permitiu reunir formam um amplo mosaico da realidade atual dos jovens do campo.

Ao contrário de um suposto encantamento com a vida urbana, para a qual seriam irremediavelmente atraídos pelas oportunidades de emprego remunerado e por um estilo

de vida ligado a objetos de consumo socialmente identificados com desejos universais da juventude, os jovens rurais participantes da pesquisa parecem considerar a cidade desde um ponto de vista crítico, formado tanto em função da maior proximidade com as áreas urbanas, da experiência própria ou de familiares que migraram para essas áreas, quanto em função das melhorias relativas experimentadas nos próprios espaços rurais nos últimos anos. De outra parte, parece subsistir entre eles uma percepção das dificuldades da vida no campo que, em vez de naturalizá-las, é capaz de relacioná-las à ausência de serviços e investimentos do Estado. Como, evidentemente, a superação de tais dificuldades ultrapassa a dimensão da ação subjetiva, os jovens tendem a considerá-las como limites objetivos às suas expectativas e sonhos futuros e, nessa medida, a ponderar a possibilidade de sair do campo.

É importante frisar que o significado real dessa migração rural-urbano não se traduz nos dados oficiais que, a cada censo demográfico, reportam a redução da população rural como êxodo. A maior parte dessa diminuição está antes relacionada à mudança administrativa da definição de perímetro urbano que propriamente ao deslocamento espacial das famílias do campo para as cidades, o que também ocorre. A decisão de deixar o campo envolve, para os jovens rurais, não uma imagem genérica do urbano (do metropolitano, sobretudo), mas uma imagem mais especificamente associada à realidade social das periferias e a trabalhos de baixa remuneração. Nos municípios de menor porte demográfico, que constituem o maior número de municípios no Brasil, as fronteiras sociais e econômicas entre área urbana e rural são tão pouco demarcadas que quase não faz sentido falar em migração.

Essas considerações têm em vista chamar a atenção para o fato de que a decisão de sair ou permanecer no campo sintetiza, para os jovens rurais, um complexo de variáveis, que compreendem desde um cálculo das oportunidades *vis-à-vis* à qualidade de vida, passando pela identificação/diferenciação em relação à família e ao espaço rural, até o confronto entre as expectativas de futuro e as condições de sua realização. No entanto, tal decisão tem sempre por horizonte um desejo de autonomia, seja para os que permanecem, seja para os que saem. A hipótese de que no campo “ficam os velhos, os analfabetos, aqueles com menor escolaridade e os mais acomodados, que se ajustam com trabalhos esporádicos, uma bicada da aposentadoria dos pais e avós, uma bolsa qualquer” (Buainain, 2014) é apenas a reiteração de um lugar-comum baseado numa leitura urbana do rural e não encontra, no seu reducionismo, respaldo nas falas dos jovens captadas pela pesquisa.

A pesquisa trouxe à tona elementos que apontam para o contrário dessa interpretação. Tanto o desejo e a expectativa de permanência no campo quanto os sonhos relacionados ao espaço agrícola são mais frequentes entre os jovens de maior escolaridade que entre os de menor escolaridade; da mesma maneira, o desejo e a expectativa de permanência no campo e os sonhos relacionados ao espaço agrícola são citados com mais frequência pelos jovens que trabalham sempre ou às vezes na terra da família que pelos jovens que não trabalham nela. Dito de outro modo, são os jovens mais escolarizados e mais conectados ao trabalho na terra que tendem a decidir-se pela permanência no campo, e não o inverso. Ainda que a busca por ampliar a escolarização possa, ante a baixa oferta de instituições de ensino médio e superior no rural, induzir os jovens a sair do campo – ainda que parcial ou temporariamente –, a escolaridade não é, em si mesma, um fator de migração.

Os dados da pesquisa revelam que os jovens rurais – mulheres e homens – desejam, em sua maioria, permanecer no campo, e que o sentido dessa permanência transcende a forte ligação com a origem rural e assume, de maneira concreta e consequente, um caráter de projeto de vida. Como projeto de vida, a permanência não é, por assim dizer,

uma tendência inercial ou uma simples continuação no tempo de uma situação presente: ela é uma construção que conjuga, por parte dos jovens, estratégias de autonomização e crescimento, abrangendo o investimento na formação escolar e profissional, a experiência do trabalho na terra familiar e o acesso a tecnologias de informação e comunicação.

O objetivo da pesquisa não foi propor uma imagem atual e generalizante do jovem rural, sobretudo porque as vivências da juventude no campo brasileiro, para além do universo desta pesquisa, são diversas entre si. O principal resultado que se pode extrair dos dados deste estudo é que esse jovem rural, cujo retrato se pretendeu delinear aqui, existe: um jovem que quer permanecer no campo, que confere a tal permanência um sentido ativo e que reconhece na escolarização uma estratégia para construir, com autonomia e empoderamento, as condições dessa permanência. Para essa juventude, cujo projeto de vida é permanecer no campo, é necessário que se criem políticas públicas específicas e adequadas, porque ela pode ter um papel fundamental no desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A. Desenvolvimento rural – ainda é possível? **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 fev. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desenvolvimento-rural-ainda-e-possivel-imp-,1131493>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In*: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

ROCHA, E.; ULHÔA, R. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: 2016, p. 59-94.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Nogueira Duarte

Mariana Silva de Lima

Vivian Barros Volotão Santos

Cynthia Neves Guilhon (estagiária)

Madjory de Almeida Pereira (estagiária)

Editoração eletrônica

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Gláucia Soares Nascimento (estagiária)

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than
Portuguese published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

